



O território, enquanto expressão de uma identidade social, económica e política está na ordem do dia. Adivinham-se novos desenvolvimentos no que respeita à organização política do mesmo, face ao que muitos dos nossos políticos (e não só!) apelidam de esgotamento do modelo de desenvolvimento actual, mais centralista e que mantém a tradição da divisão do território nacional de acordo com referências que já atravessaram o século XX. A esse esgotamento terá com certeza também contribuído a concentração de população no litoral e, em especial, nas grandes urbes (Lisboa e Porto) que, em conjunto, concentram mais de metade da população nacional. Necessariamente, este fenómeno de redistribuição de população causa desequilíbrios e lança novos desafios a todos os níveis que têm de ser pensados e resolvidos. Acresce ainda o reforço da importância das regiões no quadro da União Europeia, um modelo de território que desde há já algumas décadas rege a organização dos fundos estruturais e que entre nós tem sido interpretado de formas criativas em alternativa à sua adopção. De qualquer modo, várias têm sido as iniciativas que, no contexto do território proporcionam oportunidades para o desenvolver. Desde logo a sua capacitação passa pela criação e desenvolvimento de infra-estruturas capazes de tornar esse mesmo território competitivo e capaz de responder aos desafios de ser um produtor de conhecimento, um pólo de atracção de investimento, permitir custos de contexto competitivos e, mais recentemente, políticas fiscais e ambientais que proporcionem um presente e futuro

que satisfaçam as necessidades de quem investe, trabalha, produz riqueza e conhecimento e neles vive. Obviamente que as infra-estruturas tradicionais como as redes viárias e de transporte (desde as auto-estradas até aos portos de mar e aeroportos); de logística e de integração (que implica uma lógica mais alargada e que implica uma relação de um território com os demais) até as redes básicas de comunicações, energia, água e saneamento, são importantes e essenciais para o território. No entanto, o seu desenvolvimento é, no quadro europeu, um problema resolvido e tratado em ciclos anteriores. O grande esforço para uma rápida cobertura do território já mereceu prioridade absoluta. A consciência da qualidade e da existência destas infra-estruturas por parte das populações tem aumentado. A sua exigência em qualidade tem tornado mais críticos os seus utilizadores (ver as recentes polémicas com os postes de muito alta tensão da Rede Eléctrica Nacional). Em complemento, os dados estatísticos resultantes do impacto de melhores infra-estruturas também são já conhecidos e aceites (como, por exemplo, é o caso gritante da diminuição no número de mortes em acidentes de viação, resultante da transformação em auto-estrada do eixo viário Aveiro – Guarda). Estamos actualmente num novo ciclo, em que a melhoria das redes de infra-estruturas é na sua renovação e qualidade por via da adopção de maior conhecimento e adaptação a requisitos específicos da região que servem. Esta constatação leva a que cada região possa também estabelecer qual o saldo em infra-estruturas que possui e, porque não, adequar os seus modelos de desen-



Uma reflexão sobre capacitar o território por tecnologia

volvimento a essa mesma realidade. Ora é precisamente neste contexto que face à Sociedade da Informação poderemos ver como prioritária a capacitação do território também em serviços de comunicação de dados de baixo custo, fiáveis, de grande capacidade e sofisticação, em complemento, claro está, duma infra-estrutura de telecomunicações. Neste contexto, o investimento tecnológico é importante. No entanto, este tipo de investimento deve ser tomado com precaução e com a consciência de que o seu retorno pode não ser o esperado. Os ciclos tecnológicos sucedem-se a um ritmo superior à capacidade de retorno do investimento, caso e este não possua as condições de contexto para ser rentabilizado. Assim, sem as pessoas devidamente qualificadas e com as competências necessárias, o investimento em tecnologia e infra-estruturas avançadas não são potenciáveis num ciclo em que a sua exploração permite uma sustentabilidade de investimento e, dessa forma, a sua manutenção e actualização funcional e tecnológica. O esforço de investimento é um recurso escasso, isto é, investindo prioritariamente num dado sentido, não o permite fazer tanto noutros. Desse modo, entre investir em pessoas ou infra-estruturas tecnológicas, talvez se deva dar prioridade à qualificação de pessoas com vista ao desenvolvimento das suas competências. Tal não significa descurar os investimentos tecnológicos, mas apenas realizar estes de acordo com uma agenda que permita o desenvolvimento de massa crítica, investindo em competências tecnológicas de modo a que os investimentos em infra-estruturas tecnológicas não se reduzam à aquisição de co-

nhcimento e serviços numa lógica de importação (face a um dado território) e cujo retorno de investimento não permita a exploração por parte desse mesmo território que, desta forma, não é verdadeiramente capacitado. No fundo, algo muito semelhante ao que ocorre, quando de um modo particular, cada um de nós adquire meios informáticos e de acesso à Internet, mais sofisticados do que o necessário num dado momento. Ainda em aprendizagem, pouco exploramos essas capacidades adicionais e, quando começamos a ser capazes de o fazer, novos ciclos tecnológicos proporcionam mais e melhores funcionalidades, que obrigam a novos investimentos, sem termos tido a capacidade de recuperar os anteriores. Quem já experimentou esta situação? Provavelmente muitos de nós – talvez por isso, e com o investimento de todos, não se devem cometer erros e experiências já tidas – os valores envolvidos serão certamente maiores (mesmo sem contar com oportunidades perdidas). Assim, em vez de concentrar os esforços em investir só em tecnologia, é preciso investir em quem a possa usar, antes de esta o deixar de ser: eis mais um desafio a assumir, de forma própria, por cada território específico.